



**ACÓRDÃO Nº 117/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11293/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Instituto de Previdência de Iranduba – INPREVI
- 4- **Exercício:** 2016
- 5- **Responsável:** Clemilda da Silva Falcão Nunes (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Paulo Rubens Ozeki Pimentel Funaki - 11033
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5105/2018-DMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Erico Xavier Desterro e Silva.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual Instituto de Previdência de Iranduba – INPREVI. Exercício de 2016.

*Regularidade com ressalvas. Determinação. Notificação. Ofício.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas da **Sra. Clemilda da Silva Falcão Nunes**, responsável pelo Instituto de Previdência de Iranduba-INPREVI, referente ao exercício financeiro de 2016, conforme o art. 22, inciso II, c/c art. 24, da Lei n.º 2.423/96-LO/TCE, considerando as ocorrências das restrições sobreditas;

**10.2. Determinar à origem:**

**10.2.1.** Para que providencie, de imediato, o cálculo do valor atualizado da contribuição patronal dos meses de janeiro a outubro/2016, a fim de promover a cobrança do referido valor da atual administração municipal;



**ACÓRDÃO Nº 117/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 10.2.2.** Para que providencie, de imediato, o cálculo do valor atualizado da contribuição patronal dos meses de novembro, dezembro e 13º salário/2016 a fim de promover a cobrança do referido valor da atual administração municipal;
- 10.2.3.** Para que providencie de imediato o cálculo do valor atualizado da contribuição dos servidores dos meses de janeiro a dezembro/2016, inclusive 13º salário/2016, a fim de promover a cobrança do referido valor da atual administração municipal;
- 10.2.4.** A imediata suspensão dos pagamentos dos servidores nomeados para exercerem os cargos comissionados dispostos no Anexo I, Quadro de Cargos Comissionados, Tabela I, da Lei Municipal nº 264//2013;
- 10.2.5.** Solicite o ressarcimento da Prefeitura Municipal de Iranduba, conforme o vínculo do servidor, dos valores pagos indevidamente aos médicos da Junta Médica, no valor de R\$ 5.400,00, em virtude da competência do município para a instituição deste serviço, conforme arts. 98 e 177 da Lei Orgânica do Município de Iranduba.
- 10.2.6.** Disponibilize no portal da transparência do INPREVI informações aos segurados sobre as aplicações dos recursos em fundos de investimentos.
- 10.3. Determinar que seja inserido na análise da Prestação de Contas do Município de Iranduba, exercício 2016,** para apurar a responsabilidade do Prefeito Municipal na retenção dos valores de contribuição Patronal e Servidor, os itens 13, 14 e 16;
- 10.4. Determinar** à próxima Comissão de Inspeção do TCE/AM que acrescente no Plano de Auditoria às matérias trazidas como determinação à origem para, no caso de reincidência, aplicar-se o disposto no art. 54, IV, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, IV, “b”, da Resolução nº 04/2002 TCE/AM;
- 10.5. Notificar a Sra. Clemilda da Silva Falcão Nunes,** por meio do seu Advogado, com cópia do Relatório/Voto e o Acórdão para ciência do decisório, para querendo, apresentar o devido recurso;
- 10.6. Oficiar** o Ministério Público do Estado do Amazonas com as peças processuais necessárias à demonstração da necessidade de investigação e apuração de ato de improbidade administrativa do atual prefeito municipal de Iranduba, nos termos do art. 22, da Lei nº 8.429/92, devendo



**ACÓRDÃO Nº 117/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

esta providência ser adotada pela Secretaria do Tribunal Pleno, imediatamente após a publicação da decisão que resultar deste processo.

**11- Ata:** 5ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 19 de Fevereiro de 2019

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Mario Manoel Coelho de Mello, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado), Alípio Reis Firmo Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral